



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

DESCONSTRUÇÃO DA “IMAGEM” MILENAR DA MULHER: ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ana V. P. Nascimento (1); Donylla G. Paiva (1); Mayara C. A. Silva (2); Valdenia Rodrigues (3); Orientadora – Prof.^a Liélia Barbosa Oliveira.

Universidade Estadual da Paraíba

E-mails: annavirginia.p@gmail.com / donyllapaiva@gmail.com / Mayara.coelho@hotmail.com / valdenia.social2014@gmail.com / lieliapb@hotmail.com /

Resumo

Este artigo pretende discutir, a partir de pesquisa bibliográfica, a construção da relação de “poder” e gênero no contexto histórico. Trata-se aqui, da mudança do papel atribuído a mulher em vários construtos sociais. Desta forma, objetivamos discutir o processo de construção e a reconfiguração do papel feminino na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mulher, Poder, Gênero.

INTRODUÇÃO

As identidades e diferenças não devem ser tomadas como algo natural, pois são construídas social e culturalmente. As sociedades possuem diversas formas de se organizarem e constituírem a identidade do ser, de acordo com o período histórico, que seria um forte influenciador no processo de construção do indivíduo. Dessa maneira, cada sociedade vai caracterizar a forma de cada sujeito pensar e agir. O que vai fazer com que estas pessoas se prendam a essa “imposição”, seria justamente o “medo” da exclusão social, da discriminação e do não reconhecimento do ser. A diferença é associada à identidade na medida em que cria rótulos e meios de classificar, que venham a causar exclusão. (SILVA, 2009).

Na modernidade, a desigualdade pode ser compreendida a partir do fato da não legitimidade e reconhecimento das diferenças entre classes, grupos e/ou culturas dentro



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

da sociedade, considerando quem mantém a hegemonia do poder, buscando ditar tudo o que se deve ser feito e quem “sai do padrão” tende a ser excluído.

Assim, diferença sexual é utilizada para limitar a autonomia da mulher, onde as relações que dividem os sexos dão distintas oportunidades a homens e mulheres (relação de desigualdade). Dessa maneira, as relações de gênero acabam que produzindo desigualdade de poder entre homens e mulheres.

Desta maneira, a pesquisa procurou deslindar como se deu esse processo de mudança no papel da mulher na sociedade atual, atribuindo-a um novo papel dentro do seio familiar.

A MULHER DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DESCONSTRUINDO O PARADIGMA MILENAR

A escolha desse tema se deu de análises bibliográficas e é resultado de um trabalho da disciplina de Gênero e Serviço Social, o qual nos conduziu a pesquisar esta temática. Percebemos o importante papel das mulheres no âmbito familiar e como reprodutoras de valores sociais. Por isso, objetivamos conhecer como vem se dando este processo, na conjuntura contemporânea.

A construção do conceito de família vem se perpetuando desde a Grécia e Roma Antiga, onde seria o meio natural de convívio e continuação da vida (procriação) e conservação e junção de heranças, a princípio. Este conceito é influenciado de acordo com a moral de cada época. Com isto, a família é considerada a união de duas pessoas para terem filhos que iriam cuidar de suas heranças ou auxiliar na economia doméstica, característica do modelo patriarcal, onde o homem é o chefe da família.

Amartya Sen (2000) faz uma análise da condição de agente da mulher de acordo com as mudanças sociais pelas quais a sociedade vem passando. O autor aponta que se



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

iniciou um processo de ampliação e incorporação do papel ativo da condição de agente das mulheres, que são sujeitos atuantes e propensos a mudanças. Não se pode desconsiderar os preconceitos e desigualdades, que levam ao que o autor chama de “mal-estar” das mulheres, pois para que o “bem-estar” se efetive deve-se caminhar na perspectiva do papel condicionante de agente ativo feminino.

Sen (2000) traz ainda a questão dos ajustes cooperativos no âmbito familiar, de maneira que a partir do momento que há conflitos nas relações familiares, surge a possibilidade de um acordo, sendo que este acordo (ajuste) privilegiará uma das partes, mesmo que todos os familiares recebam certo benefício.

A partir do momento em que a mulher se impõe como agente ativo dentro do grupo familiar estará dando o primeiro passo para a quebra das desigualdades e dos fatores que levam ao “mal-estar” feminino. Há ainda certo controle da fecundidade, onde os fatores que influenciam isto são a escolaridade das mulheres e sua participação na força de trabalho. As mulheres que mantêm certo nível de instrução tendem a ter certa liberdade para exercer sua condição de agente nas decisões familiares, na fecundidade e na gestão dos filhos.

Em virtude do número de famílias que crescem sendo chefiadas por mulheres que exercem dupla jornada de trabalho, acumulando a função de pai e mãe, percebemos que a mulher esta cada vez mais assumindo a responsabilidade econômica, marcando a formação de famílias monoparentais femininas. No Brasil, a família monoparental é prevista pelo artigo 226 da Constituição Federal: a família é “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

A visão de família chefiada exclusivamente por homens vem sendo desconstruída e uma pesquisa divulgada pela Datafolha no dia 21 de setembro de 1998, mostra mudanças: “a mãe evolui de dona-de-casa para a dona da casa”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Houve um grande acréscimo da mulher no mercado de trabalho, redução da fecundidade e a opção por ter filhos sem o matrimônio. Além disso, em situações de divórcio, geralmente, as mulheres ficam com a guarda das crianças, e assumem a postura de chefes do lar para se sustentar e aos seus filhos.

Estudos lançados pelo IBGE, pela pesquisa Estatística de Gênero, apontam que as mulheres passaram a ser as principais responsáveis por 37,3% dos lares brasileiros em 2010. Foi observado, que muitas vezes, homens e mulheres mantem o matrimônio, porém, elas são as principais responsáveis pelas rendas nas residências.

Isso demonstra uma nova configuração nas relações de gênero no Brasil, fato que não seria uma mera causalidade, mas reflexo de diversas conjunturas ligadas entre si: emancipação da mulher, processo de urbanização, importância da renda feminina para a renda familiar, aumento do nível de escolaridade, oportunidade de ter opções pessoais, entre outros.

Estas famílias são postas em condições de riscos (desigualdades, preconceitos e exclusão social) e de proteção (mecanismos usados para por fim aos seus sofrimentos e problemas). Muitas vezes, as famílias chefiadas por mulheres, tem mais facilidade em resolver problemas e desafios, a partir do diálogo com os membros e da perseverança.

Além disso, quando o homem é o chefe da família, a mulher fica responsável pelos cuidados na cada, já quando a mulher se tornar chefe de família, ela ganha uma dupla jornada de trabalhadora, mãe, e dona do lar. Seus instintos maternos e parentais marcam sua identidade e busca por autonomia para cuidar dos entes familiares, porém, muitas vezes, essas mulheres são afastadas do lazer, da sua vaidade e, principalmente, da vida de seus filhos.

São evidentes as conquistas femininas ao longo dos anos, alterando a visão que se tem de “fragilidade feminina” que a sociedade tem sobre a mulher. Por fim, mesmo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

com as mudanças no perfil da mulher, ainda predomina algumas limitações referentes às restrições nas suas ocupações dentro do mercado de trabalho, onde a preferência (em alguns ambientes) ainda é por trabalhadores do sexo masculino e quando elas assumem um cargo, este se dá, muitas vezes, de forma flexibilizada e precarizada, havendo diferenciações entre os sexos.

Portanto, a violência de gênero não é aleatoriamente, mas um produto de determinada organização social de gênero, que privilegia o masculino. Uma histórica desigualdade de gênero marca nossa sociedade, evidenciando-se nos diferentes setores, porém, o debate sobre a desigualdade tem gerado muitos questionamentos. É válido ressaltar que mesmo com muitos avanços graças a essas discussões, ainda se convive com os aspectos mais tradicionais das relações de gênero. Muda-se o contexto, mas a ideologia atrelada à forma de se entender o masculino e o feminino é praticamente a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com nossa pesquisa, observou-se que deve ser dada a mulher o poder de escolha tornando-as independentes e atribuindo o poder de decidir como se quer viver. Portanto, as famílias são vistas como grupos dinâmicos, que podem ser alterados de acordo com as transformações cotidianas da sociedade. As mulheres, agora chefes de famílias, passam a se responsabilizar pela manutenção e proteção do domicílio e da família, pela educação dos filhos, e outros fatores relacionados ao desenvolvimento da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boletim DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho.** Edição especial - março de 2004. Disponível em: <



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf >. Acesso em: 11 abr. 2015

COSTA, Florença Á. O. ; MARRA, Marlene M. **Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção.** São Paulo: Rev. bras. Psicodrama, vol.21, no. 1, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero. **Disponível em:** < <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128&ind=4704> >. Acesso em: 11 abr. 2015.

LOURO, Guacira L. **Currículo, gênero e sexualidade.** Porto: Porto Editora, 2000. (p.111)

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexão a partir de Michel Foucault.** Capítulo I, II e III. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX.** São Paulo: Anablume, 2012.

SEN, Amartya K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. *In:* **Desenvolvimento como liberdade.** Capítulo 8. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P.220-235.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e diferença. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2009. (p. 73-102).